

# SUMÁRIO

## PARTE 1

INTRODUÇÃO: PROCEDIMENTO NAS TURMAS REGIONAIS E NA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS (INCIDENTES DE UNIFORMIZAÇÃO, AGRAVO REGIMENTAL, EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E RECLAMAÇÃO) .....	27
--	----

## PARTE 2

ORIENTAÇÕES SOBRE A PESQUISA DE JURISPRUDÊNCIA JUNTO A TNU, TRUs E TRs .....	71
--	----

## PARTE 3

JURISPRUDÊNCIA DA TNU SOBRE TEMPO E APOSENTADORIA ESPECIAL POR AGENTES NOCIVOS .....	89
--	----

### **CAPÍTULO 1 – ASPECTOS GERAIS ..... 89**

<b>1. FATOR DE CONVERSÃO .....</b>	<b>89</b>
1.1. RETROATIVIDADE DO FATOR 1.4 .....	89
1.2. MOMENTO DE APLICAÇÃO .....	90
1.3. COMUM EM ESPECIAL .....	90
1.4. ESPECIAL EM COMUM .....	91
<b>2. COMPROVAÇÃO DO TEMPO ESPECIAL .....</b>	<b>92</b>
2.1. LEIS NO TEMPO .....	92
2.1.1. ENTRE 29/04/95 A 05/03/97 .....	92
2.1.2. ENTRE 5/3/1997 E 1/1/2004 .....	92
2.2. ANÁLISE QUANTITATIVA X QUALITATIVA .....	92
2.3. AGENTE RECONHECIDAMENTE CANCERÍGENO .....	93
2.4. RECEBIMENTO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE .....	94
2.5. HABITUALIDADE E PERMANÊNCIA .....	95
2.5.1. ANTES E DEPOIS DA LEI 9.032/95 .....	95
2.5.2. PRESUNÇÃO AO SÓCIO-GERENTE .....	95
2.5.3. AGENTES BIOLÓGICOS .....	96
2.6. PERFIL PROFISSIONGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO (PPP) .....	97

2.6.1. NECESSIDADE DE IMPUGNAÇÃO IDÔNEA .....	97
2.6.2. RESPONSÁVEL PELOS REGISTROS AMBIENTAIS E MONITORAÇÃO BIOLÓGICA .....	97
2.6.3. MOMENTO DE CONFECCÃO OU APRESENTAÇÃO E EFEITOS FINANCEIROS .....	99
2.6.4. MENÇÃO À TÉCNICA DA DOSIMETRIA OU AO DOSÍMETRO .....	99
2.7. INDICAÇÃO GENÉRICA .....	100
2.7.1. HIDROCARBONETOS / ÓLEOS E GRAXAS .....	100
2.7.2. AGROTÓXICOS .....	101
2.7.3. TINTAS E SOLVENTES .....	101
2.7.4. AGENTES BIOLÓGICOS .....	102
2.7.5. FUMOS METÁLICOS .....	102
2.7.6. POEIRAS MINERAIS .....	103
2.8. EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) .....	103
2.8.1. CRITÉRIOS PARA AFERIÇÃO DA SUA EFICÁCIA .....	103
2.8.2. PERÍODO ANTERIOR À 03/12/98 .....	104
2.8.3. NÃO UTILIZAÇÃO DELIBERADA .....	105
2.8.4. REEXAME DE PROVA .....	106
2.8.5. AGENTES CANCERÍGENOS .....	106
2.8.6. RÚIDO .....	107
2.9. LAUDO PERICIAL .....	108
2.9.1. EXTEMPORÂNEO .....	108
2.9.2. ADICIONAL DE RADIAÇÃO IONIZANTE EM GRAU MÁXIMO .....	109
2.9.3. EFEITOS FINANCEIROS .....	110
2.9.4. PERÍCIA INDIRETA .....	112
<b>3. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL .....</b>	<b>112</b>
<b>4. MARÍTIMO EMBARCADO .....</b>	<b>113</b>
<b>5. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE E TEMPO ESPECIAL .....</b>	<b>113</b>
<b>CAPÍTULO 2 – ENQUADRAMENTO POR CATEGORIA PROFISSIONAL .....</b>	<b>114</b>
<b>1. ASPECTOS GERAIS .....</b>	<b>114</b>
1.1. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO .....	114
1.2. EMPREGO DA ANALOGIA E ROL EXEMPLIFICATIVO .....	115
<b>2. CATEGORIAS PROFISSIONAIS .....</b>	<b>116</b>

2.1. PROFESSOR .....	116
2.2. VIGILANTE .....	117
2.2.1. EQUIPARADO À GUARDA .....	117
2.2.2. NECESSIDADE DE USO DE ARMA DE FOGO .....	118
2.3. ELETRICISTA .....	119
2.4. SERVIÇOS GERAIS EM AMBIENTE HOSPITALAR .....	120
2.5. AUXILIAR DE LABORATÓRIO .....	122
2.6. TRABALHADORES NA AGROPECUÁRIA .....	122
2.7. FRENTISTA .....	123
2.8. PEDREIRO .....	125
2.9. ENGENHEIRO .....	126
2.9.1. ENGENHEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES .....	126
2.9.2. ENGENHEIRO CIVIL .....	126
2.9.3. ENGENHEIRO MECÂNICO .....	126
2.10. MOTORISTA .....	127
2.10.1. DE CAMINHÃO / ÔNIBUS .....	127
2.10.2. DE AMBULÂNCIA .....	128
2.10.3. DE TRANSPORTE DE INFLAMÁVEIS .....	128
2.10.4. TRATORISTA .....	129
2.10.5. OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA .....	129
2.10.6. OPERADOR DE EMPILHADEIRA .....	129
2.11. COBRADOR DE ÔNIBUS .....	130
2.12. FERRAMENTEIRO .....	130
2.13. TÉCNICO AGRÍCOLA .....	130
2.14. TECELÃO .....	131
2.15. PINTOR DE PISTOLA .....	132
2.16. TORNEIRO MECÂNICO .....	132
<b>CAPÍTULO 3 – ENQUADRAMENTO POR AGENTES NOCIVOS .....</b>	<b>133</b>
1. QUÍMICOS .....	133
1.1. ÓLEOS E GRAXAS .....	133
1.2. CIMENTO .....	134
1.3. FORMOL .....	134

1.4. AMIANTO .....	135
1.5. NEGRO DE FUMO .....	136
1.6. TOLUENO / XILENO .....	136
1.7. XILOL / ETIL CETONA / ISOBUTIL CETONA .....	137
1.8. AMÔNIA .....	137
1.9. CLORO .....	137
<b>2. RUÍDO .....</b>	<b>138</b>
2.1. LIMITES DE TOLERÂNCIA .....	138
2.2. METODOLOGIA DE MEDIÇÃO .....	139
2.2.1. NHO-01 OU NR-15 .....	139
2.2.2. MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES E PICO DE RUÍDO .....	140
<b>3. BIOLÓGICO .....</b>	<b>141</b>
3.1. ROL EXEMPLIFICATIVO .....	141
3.2. CARÁTER DISSOCIÁVEL .....	141
3.3. EMENDA CONSTITUCIONAL 120/22 .....	143
<b>4. CALOR .....</b>	<b>144</b>
4.1. FONTES NATURAIS .....	144
4.2. METODOLOGIA DE MEDIÇÃO .....	145
4.2.1. IBUTG .....	145
4.2.2. TAXA DE METABOLISMO .....	145
4.3. CALOR INTERMITENTE .....	146
<b>5. FRIO .....</b>	<b>147</b>
<b>6. UMIDADE .....</b>	<b>147</b>
<b>7. RADIAÇÃO NÃO IONIZANTE .....</b>	<b>148</b>
<b>8. POEIRA .....</b>	<b>148</b>
<b>9. PRESSÃO ATMOSFÉRICA .....</b>	<b>149</b>
<b>10. TREPIDAÇÃO/VIBRAÇÃO .....</b>	<b>150</b>
<b>CAPÍTULO 4 - PERICULOSIDADE APÓS 05/03/97 .....</b>	<b>150</b>
1. INDEPENDENTE DE PREVISÃO LEGAL .....	150
2. SOMENTE COM BASE EM LTCAT .....	151
3. VIGILANTE .....	151
4. ELETRICIDADE .....	154
5. LÍQUIDOS INFLAMÁVEIS .....	155

**PARTE 4**

JURISPRUDÊNCIA DA TNU SOBRE BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE LABORATIVA ..... 157

**CAPÍTULO 1 – ASPECTOS GERAIS ..... 157**

- 1. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS, SOCIAIS E ECONÔMICAS ..... 157**
  - 1.1. SEGURADO CAPAZ AO LABOR ..... 157
  - 1.2. INCAPACIDADE PARCIAL ..... 158
  - 1.3. HIV (AIDS) ..... 159
  - 1.4. OUTRAS DOENÇAS INCAPACITANTES ..... 160
- 2. INCAPACIDADE PREEXISTENTE ..... 161**
- 3. INTERDIÇÃO NA JUSTIÇA ESTADUAL ..... 163**
- 4. CUMULAÇÃO ..... 163**
  - 4.1. COM EXERCÍCIO DE ATIVIDADE LABORATIVA ..... 163
  - 4.2. AUXÍLIO-ACIDENTE ..... 165
  - 4.3. SEGURO-DESEMPREGO ..... 166
  - 4.4. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ ..... 166
    - 4.4.1. EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO ..... 166
    - 4.4.2. PENSÃO POR MORTE DE TRABALHADOR RURAL ..... 167

**CAPÍTULO 2 – ASPECTOS JUDICIAIS ..... 167**

- 1. POSSIBILIDADE DE REVISÃO ADMINISTRATIVA QUANDO HÁ PROCESSO JUDICIAL EM TRÂMITE ..... 167**
- 2. AUSÊNCIA DO PEDIDO DE PRORROGAÇÃO E INTERESSE DE AGIR ..... 168**
  - 2.1. AUXÍLIO-DOENÇA ..... 168
  - 2.2. AUXÍLIO-ACIDENTE ..... 169
- 3. EFEITOS FINANCEIROS ..... 170**
  - 3.1. DATA DE ENTRADA DO REQUERIMENTO (DER) ..... 170
  - 3.2. DATA DA CESSAÇÃO DO BENEFÍCIO (DCB) ..... 171
  - 3.3. DATA DA CITAÇÃO (DCB) ..... 171
  - 3.4. DATA DA PERÍCIA JUDICIAL ..... 172
  - 3.5. DATA DO INÍCIO DA INCAPACIDADE (DII) ..... 172
  - 3.6. DOCUMENTO NOVO NO PROCESSO JUDICIAL ..... 173
- 4. LAUDO PERICIAL ..... 174**
  - 4.1. CONFRONTO COM LAUDO PARTICULAR ..... 174

4.2. NECESSIDADE DURANTE A PANDEMIA COVID-19 .....	175
4.3. NECESSIDADE EM QUALQUER PERÍODO .....	175
4.4. PERÍCIA POR ESPECIALISTA .....	176
<b>CAPÍTULO 3 – BENEFÍCIOS EM ESPÉCIE .....</b>	<b>176</b>
<b>1. AUXÍLIO-DOENÇA E APOSENTADORIA POR INVALIDEZ .....</b>	<b>176</b>
1.1. DCB .....	176
1.1.1. “ALTA PROGRAMADA” .....	176
1.1.2. DCB SUPERIOR A 120 DIAS .....	178
1.1.3. PRAZO DE RECUPERAÇÃO .....	178
1.2. AUXÍLIO-DOENÇA PARENTAL .....	180
1.3. ADICIONAL DE 25% DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ .....	181
1.3.1. TERMO INICIAL .....	181
1.3.2. EXTENSÍVEL PARA OUTROS BENEFÍCIOS .....	182
<b>2. AUXÍLIO-ACIDENTE .....</b>	<b>183</b>
2.1. HIPÓTESES DE CONCESSÃO .....	183
2.2. CONCEITO DE “ACIDENTE DE QUALQUER NATUREZA” .....	184
2.3. SEGURADOS .....	185
2.3.1. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL .....	185
2.3.2. SEGURADO FACULTATIVO .....	185
2.4. CUMULAÇÃO .....	186
2.4.1. COM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ .....	186
2.4.2. COM QUALQUER APOSENTADORIA .....	186
2.4.3. DECADÊNCIA E ACUMULAÇÃO INDEVIDA .....	187
2.4.4. COM MANDATO ELETIVO DE VEREADOR .....	187
2.4.5. LOAS .....	188
<b>3. REABILITAÇÃO PROFISSIONAL .....</b>	<b>188</b>
<b>4. RECUPERAÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA .....</b>	<b>190</b>
4.1. CONDICIONADA À PROCEDIMENTO CIRÚRGICO .....	190
4.2. REAVALIAÇÃO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ E HIV .....	190
4.3. CESSAÇÃO DA INVALIDEZ .....	191

**PARTE 5**

JURISPRUDÊNCIA DA TNU SOBRE BPC/LOAS .....	193
--	-----

**CAPÍTULO 1 – ASPECTOS GERAIS ..... 193**

1. RENOVAÇÃO DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO .....	193
2. EFEITOS FINANCEIROS .....	194
3. CONCEITO DE DEFICIÊNCIA PARA O MENOR DE 16 ANOS .....	194
4. INSCRIÇÃO NO CADÚNICO .....	195
5. INTERNAÇÃO POR MEDIDA DE SEGURANÇA .....	196

**CAPÍTULO 2 – REQUISITO MÉDICO ..... 196**

1. IMPEDIMENTO DE LONGO PRAZO .....	196
2. INCAPACIDADE PARCIAL E TEMPORÁRIA .....	198
3. HIV ASSINTOMÁTICO .....	199
4. SURDO-MUDO .....	200
5. VISÃO MONOCULAR .....	201
6. PERÍCIA POR MÉDICO ESPECIALISTA .....	201

**CAPÍTULO 3 – REQUISITO ECONÔMICO ..... 201**

1. CRITÉRIO OBJETIVO .....	201
2. SUBSIDIARIEDADE DO ESTADO .....	202
3. RECEBIMENTO DE BENEFÍCIO SUPERIOR AO SALÁRIO-MÍNIMO .....	203
4. NECESSIDADE DE NOVA AVALIAÇÃO EM JUÍZO .....	203
5. COMPOSIÇÃO DO GRUPO FAMILIAR .....	206
6. REEXAME DE PROVAS .....	207
7. BOLSA-FAMÍLIA .....	207

**PARTE 6**

JURISPRUDÊNCIA DA TNU SOBRE AÇÕES REVISIONAIS DE RENDA DE BENEFÍCIOS E AFINS .....	209
---	-----

**CAPÍTULO 1 – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA ..... 209**

1. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO .....	209
1.1. INICIAL .....	209
1.2. DE REVISÃO .....	210

1.2.1. <i>DIES A QUO</i> .....	210
1.2.2. INTERRUPTÃO DO PRAZO .....	212
1.2.3. RECEBIMENTO DE PARCELAS VENCIDAS .....	213
<b>2. IMPUGNAÇÃO AO ATO DE INDEFERIMENTO ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>213</b>
<b>3. QUESTÕES NÃO ANALISADAS PELA ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>214</b>
<b>4. RECLAMATÓRIA TRABALHISTA .....</b>	<b>218</b>
<b>5. DIREITO AO MELHOR BENEFÍCIO .....</b>	<b>219</b>
<b>6. REVISÃO DE BENEFÍCIO ORIGINÁRIO .....</b>	<b>220</b>
<b>7. AÇÃO COLETIVA X AÇÃO INDIVIDUAL .....</b>	<b>221</b>
<b>8. DECADÊNCIA PARA A ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>222</b>
8.1. EM CASO DE BENEFÍCIO IRREGULAR .....	222
8.2. NA VIGÊNCIA DA LEI 6.309/75 .....	222
8.3. CESSAR INVALIDEZ PELA RECUPERAÇÃO DA CAPACIDADE OU REABILITAÇÃO PROFISSIONAL .....	223
8.4. ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO REVISIONAL PELO INSS .....	223
<b>9. ENUNCIADO 260 DA SÚMULA DO EXTINTO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS (TFR) .....</b>	<b>224</b>
<b>10. REVISÃO DO ART. 29, INCISO II, DA LEI 8.213/91 .....</b>	<b>224</b>
<b>11. APLICAÇÃO RETROATIVA DA MP 1.523/97 .....</b>	<b>226</b>
<b>12. READEQUAÇÃO DOS TETOS DAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/98 E 41/03 .....</b>	<b>227</b>
<b>13. IRSM E MP 201 DE 26/07/04 .....</b>	<b>228</b>
<b>CAPÍTULO 2 – EFEITOS FINANCEIROS .....</b>	<b>229</b>
<b>1. DO REQUERIMENTO DE REVISÃO .....</b>	<b>229</b>
<b>2. RECLAMATÓRIA TRABALHISTA .....</b>	<b>230</b>
<b>3. REAFIRMAÇÃO DA DER .....</b>	<b>231</b>
<b>4. COMPLEMENTAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES .....</b>	<b>234</b>
<b>CAPÍTULO 3 – REVISÕES EM ESPÉCIE .....</b>	<b>235</b>
<b>1. LEI 6.950/81 E PERÍODO DO “BURACO NEGRO” .....</b>	<b>235</b>
<b>2. ART. 58 DO ADCT .....</b>	<b>236</b>
<b>3. OTN/ORTN .....</b>	<b>237</b>
<b>4. URV E LEI 8.880/94 .....</b>	<b>237</b>
<b>5. IRSM .....</b>	<b>238</b>
<b>6. MP 1.415/1996 CONVERTIDA NA LEI 9.711/98 .....</b>	<b>239</b>
<b>7. IGP-DI NOS ANOS DE 1997, 1999, 2000 E 2001 .....</b>	<b>240</b>



<b>8.</b>	FORMA DE CÁLCULO EM MOMENTO ANTERIOR À LEI 9.876/99 .....	240
<b>9.</b>	REVISÃO DA VIDA TODA (RVT) .....	242
<b>10.</b>	REVISÃO DE BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE NA VIGÊNCIA DA MP 242/05 .....	243
<b>11.</b>	DIVISOR MÍNIMO .....	245
11.1.	LEI 9.876/98 .....	245
11.2.	ENTRE A EC 103/19 E A LEI 14.331/22 .....	245
<b>12.</b>	EMENDAS CONSTITUCIONAIS .....	246
12.1.	20/98 E 41/03 .....	246
12.1.1.	REGRAS ANTERIORES À CF/88 .....	246
12.1.2.	DIREITO ADQUIRIDO ATÉ A EC 20/98 .....	247
12.1.3.	COEFICIENTE DE INCREMENTO .....	247
12.1.4.	ÍNDICE-REAJUSTE TETO (IRT) .....	248
12.2.	EC 103/19 .....	249
12.2.1.	INCONSTITUCIONALIDADE DA FORMA DE CÁLCULO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ NÃO ACIDENTÁRIA .....	249

## **PARTE 7**

JURISPRUDÊNCIA DA TNU SOBRE ATIVIDADE RURAL .....	251
---	-----

### **CAPÍTULO 1 – SEGURADOS ..... 251**

<b>1.</b>	MENOR DE IDADE .....	251
1.1.	ATÉ 12 ANOS DE IDADE .....	251
1.2.	ENTRE 12 E 14 ANOS .....	252
<b>2.</b>	CARVOEIRO .....	252
<b>3.</b>	EMPREGADO RURAL .....	253
<b>4.</b>	BOIA-FRIA .....	254
<b>5.</b>	SERINGUEIRO .....	254
<b>6.</b>	CASEIRO .....	255
<b>7.</b>	COZINHEIRA .....	255
<b>8.</b>	MOTORISTA DE CAMINHÃO .....	256
<b>9.</b>	PESCADOR ARTESANAL .....	256
9.1.	NECESSIDADE DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS .....	256
9.2.	ITENS PRESENTES NA GUIA DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS .....	257

9.3. REGULARIDADE DO REGISTRO GERAL DE ATIVIDADE PESQUEIRA (RGP) .....	257
9.4. DEFESO NO BIÊNIO 2015/2016 .....	258
<b>CAPÍTULO 2 – PRESTAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS .....</b>	<b>259</b>
<b>1. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL .....</b>	<b>259</b>
1.1. MOMENTO DE AFERIÇÃO DO TEMPO RURAL .....	259
1.2. VÍNCULO URBANO SUPERIOR A 120 DIAS (LEI 11.718/08) .....	261
1.3. RECEBIMENTO DE LOAS NO PERÍODO DE CARÊNCIA .....	262
<b>2. APOSENTADORIA HÍBRIDA .....</b>	<b>263</b>
2.1. TEMPO RURAL REMOTO .....	263
2.2. REQUISITO ETÁRIO E NATUREZA RURAL DA ATIVIDADE .....	264
2.3. CUMULAÇÃO COM APOSENTADORIA NO RPPS .....	265
<b>3. DIREITO AO AUXÍLIO-ACIDENTE .....</b>	<b>265</b>
<b>4. TEMPO RURAL ANTERIOR A 1991 E APOSENTADORIA URBANA POSTERIOR .....</b>	<b>265</b>
<b>5. PENSÃO POR MORTE RURAL .....</b>	<b>266</b>
5.1. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO .....	266
5.2. CUMULAÇÃO .....	267
5.2.1. COM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ .....	267
5.2.2. COM APOSENTADORIA RURÍCOLA .....	268
<b>6. SALÁRIO-MATERNIDADE .....</b>	<b>268</b>
<b>CAPÍTULO 3 – COMPROVAÇÃO DO TEMPO RURAL .....</b>	<b>268</b>
<b>1. MÓDULO RURAL .....</b>	<b>268</b>
<b>2. DOCUMENTOS RURAIS .....</b>	<b>269</b>
2.1. CONTEMPORÂNEOS .....	269
2.2. INÍCIO VÁLIDO DE PROVA MATERIAL .....	271
2.3. CERTIDÃO DE CASAMENTO .....	272
2.4. CERTIDÃO DE ÓBITO .....	273
2.5. EM NOME DE TERCEIROS .....	274
2.6. EMPREGADO RURAL .....	275
2.6.1. PARA CONCESSÃO DA APOSENTADORIA POR IDADE RURAL .....	275
2.6.2. PROVA DO MARIDO .....	275
<b>3. COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO .....</b>	<b>276</b>
<b>4. RAMO DA ATIVIDADE ECONÔMICA E TRABALHO RURAL .....</b>	<b>276</b>

5. CONCOMITÂNCIA COM ATIVIDADES ESCOLARES .....	277
6. CTPS .....	277
7. ATIVIDADE URBANA INTERCALADA .....	277
8. TRABALHO URBANO DO NÚCLEO FAMILIAR .....	278
8.1. CÔNJUGE URBANO E PERCEPÇÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA .....	278
8.2. COMPONENTE URBANO NO NÚCLEO FAMILIAR .....	279
9. DIB NA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO .....	280

## **PARTE 8**

JURISPRUDÊNCIA DA TNU SOBRE PENSÃO POR MORTE, AUXÍLIO-RECLUSÃO E SALÁRIO-MATERNIDADE .....	281
--	-----

### **CAPÍTULO 1 – PENSÃO POR MORTE ..... 281**

1. ASPECTOS GERAIS .....	281
1.1. LEI PREVIDENCIÁRIA NO TEMPO .....	281
1.1.1. LEI COMPLEMENTAR 11/71 .....	281
1.1.2. LEI 6.179/74 .....	281
1.1.3. MP 1.596-14/97 CONVERTIDA NA LEI 9.528/97 .....	282
1.1.4. MP 664/2014 CONVERTIDA NA LEI 13.135/15 .....	282
1.1.5. MP 871/19 CONVERTIDA NA LEI 13.846/19 .....	283
1.2. EFEITOS FINANCEIROS .....	284
1.2.1. REQUERIMENTO TARDIO .....	284
1.2.2. HABILITAÇÃO TARDIA .....	285
1.3. BENEFÍCIO MAIS VANTAJOSO .....	286
1.4. INÍCIO DE PROVA MATERIAL .....	287
2. INSTITUIDOR .....	287
2.1. REGULARIZAÇÃO <i>POST MORTEM</i> .....	287
2.1.1. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL .....	287
2.1.2. FACULTATIVO DE BAIXA-RENDA .....	289
2.2. QUE RECEBIA LOAS .....	289
2.3. QUE PERDEU A QUALIDADE DE SEGURADO .....	290
2.4. APOSENTADORIA NO RPPS .....	292
2.5. CRIME DE HOMICÍDIO .....	292

2.6. EX-COMBATENTE .....	292
<b>3. DEPENDENTES .....</b>	<b>293</b>
3.1. CÔNJUGE OU COMPANHEIRA(O) .....	293
3.1.1. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA ABSOLUTA OU RELATIVA .....	293
3.1.2. SOMA DE PERÍODO INTERCALADO DE CONVIVÊNCIA .....	294
3.1.3. ÓBITO ANTERIOR À CF/88 .....	294
3.1.4. NOVO CASAMENTO .....	295
3.1.5. EX-CÔNJUGE QUE NÃO RECEBIA ALIMENTOS .....	296
3.1.6. RATEIO ESPOSA/CONCUBINA .....	296
3.1.7. RATEIO ENTRE UNIÕES ESTÁVEIS SIMULTÂNEAS .....	297
3.2. FILHOS .....	297
3.2.1. NASCITURO .....	297
3.2.2. UNIVERSITÁRIO MAIOR DE 21 ANOS .....	298
3.2.3. MAIOR INVÁLIDO .....	299
3.3. GENITORES .....	300
3.3.1. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA EXCLUSIVA .....	300
3.3.2. INÍCIO DE PROVA MATERIAL (IPM) .....	301
3.4. MENOR SOB GUARDA .....	301
3.5. EX-FERROVIÁRIO DA RFFSA .....	303
<b>CAPÍTULO 2 – AUXÍLIO-RECLUSÃO .....</b>	<b>303</b>
<b>1. TEMPUS REGIT ACTUM .....</b>	<b>303</b>
<b>2. INSTITUIDOR .....</b>	<b>304</b>
2.1. FACULTATIVO DE BAIXA-RENDA .....	304
2.1.1. FLEXIBILIZAÇÃO DO CRITÉRIO OBJETIVO .....	304
2.1.2. DIVISOR NOS 12 MESES ANTERIORES À PRISÃO .....	305
2.2. DESEMPREGADO .....	305
2.3. EM GOZO DE SALÁRIO-MATERNIDADE .....	308
2.4. PROGRESSÃO DE REGIME .....	308
2.5. PRISÃO DOMICILIAR .....	309
2.6. FUGA DO SEGURADO .....	309
<b>3. DEPENDENTES .....</b>	<b>309</b>

3.1. PRESCRIÇÃO DO ABSOLUTAMENTE INCAPAZ .....	309
3.2. CONCEPÇÃO APÓS A PRISÃO .....	310
3.3. CESSAÇÃO DO BENEFÍCIO .....	310
<b>CAPÍTULO 3 - SALÁRIO-MATERNIDADE .....</b>	<b>311</b>
1. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA SEGURADA EMPREGADA .....	311
2. FORMA DE CÁLCULO NO PERÍODO DE GRAÇA .....	311
3. ADOÇÃO DE MENOR ACIMA DE 12 ANOS DE IDADE .....	312
4. SEGURADA DESEMPREGADA .....	312
5. DEMISSÃO .....	313
5.1. DURANTE O PERÍODO DE ESTABILIDADE .....	313
5.2. SEM JUSTA-CAUSA .....	314
6. AO GENITOR, EM CASO DE ÓBITO DA SEGURADA, ANTES DA LEI 12.873/13 .....	314
7. SEGURADA GESTANTE NA PANDEMIA COVID-19 .....	315
8. AVÓ GUARDIÃ .....	316
<b>PARTE 9</b>	
JURISPRUDÊNCIA DA TNU SOBRE TEMAS MISTOS .....	317
<b>CAPÍTULO 1 - QUALIDADE DE SEGURADO .....</b>	<b>317</b>
1. SEGURADOS .....	317
1.1. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL COOPERADO .....	317
1.2. EMPREGADA DOMÉSTICA .....	318
1.3. FACULTATIVO DE BAIXA RENDA .....	319
1.3.1. ATIVIDADE INFORMAL .....	319
1.3.2. CADÚNICO .....	320
1.3.3. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO .....	321
1.4. ALUNO-APRENDIZ .....	322
1.5. SEMINARISTA .....	324
1.6. CÔNJUGES COM VÍNCULO EMPREGATÍCIO .....	325
1.7. FERROVIÁRIO .....	326
1.7.1. DEFINIÇÃO .....	326
1.7.2. COMPLEMENTAÇÃO DA APOSENTADORIA OU PENSÃO .....	326
2. MANUTENÇÃO E PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO .....	326

2.1. PRESO FORAGIDO .....	326
2.2. TUTELA ANTECIPADA REVOGADA .....	327
2.3. CONCESSÃO IRREGULAR .....	327
2.4. RECOLHIMENTO INFERIOR AO MÍNIMO MENSAL DA CATEGORIA .....	328
2.5. FIM DA SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO SEM RESCISÃO .....	328
2.6. CONTRIBUINTE EM DOBRO .....	329
2.7. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE .....	329
2.7.1. MARCO PARA EXAME .....	329
2.7.2. AUXÍLIO-ACIDENTE .....	330
2.7.3. PERÍODO INTERCALADO DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE .....	330
2.7.4. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO ANTERIOR À DII .....	331
2.7.5. "LIMBO PREVIDENCIÁRIO" .....	331
2.8. RECOLHIMENTO DE 120 CONTRIBUIÇÕES .....	333
2.8.1. INCORPORAÇÃO AO PATRIMÔNIO JURÍDICO DO SEGURADO .....	333
2.8.2. RECOLHIMENTO ININTERRUPTO .....	334
2.9. SITUAÇÃO DE DESEMPREGO .....	335
2.9.1. DESEMPREGO VOLUNTÁRIO .....	335
2.9.2. <i>DIES A QUO</i> EM GOZO DE AUXÍLIO-DOENÇA .....	335
2.9.3. AUSÊNCIA DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO .....	336
2.9.4. CONTRATO A TERMO .....	337
2.9.5. SEGURO-DESEMPREGO .....	338
2.9.6. EXERCÍCIO HABITUAL DE ATIVIDADE ILÍCITA .....	338
2.9.7. SEGURADO ESPECIAL .....	338
2.9.8. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL .....	339

**CAPÍTULO 2 – CARÊNCIA ..... 341**

1. DE ACORDO COM AS LEIS NO TEMPO .....	341
1.1. TEMPO RURAL ANTERIOR À LEI 8.213/91 .....	341
1.2. ART. 142 DA LEI 8.213/91 .....	341
1.3. MP 739/16 E MP 767/17 .....	343
1.4. REGRA DE TRANSIÇÃO DA EC 103/19 .....	344
2. NECESSIDADE DE CONTRIBUIÇÃO .....	345

<b>3. CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO</b> .....	345
<b>4. SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO</b> .....	347
<b>5. CONVERSÃO DE ESPECIAL EM COMUM</b> .....	347
<b>6. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE</b> .....	348
6.1. INTERCALADO ENTRE PERÍODOS CONTRIBUTIVOS .....	348
6.1.1. MENSALIDADE DE RECUPERAÇÃO .....	350
6.1.2. RECOLHIMENTO POSTERIOR A PQS .....	351
6.2. PREENCHIMENTO ANTES DA DII .....	351
<b>7. REINGRESSO NO RGPS APÓS O INÍCIO DA GRAVIDEZ</b> .....	351
<b>8. HIPÓTESES DE DISPENSA DE CARÊNCIA</b> .....	352
8.1. ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL (AVC) .....	352
8.2. GRAVIDEZ DE ALTO RISCO .....	352
8.3. VISÃO MONOCULAR .....	353

**CAPÍTULO 3 – TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E RENDA MENSAL INICIAL ..... 353**

<b>1. TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO</b> .....	353
1.1. RECLAMATÓRIA TRABALHISTA .....	353
1.2. CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL (CTPS) .....	354
1.2.1. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE .....	354
1.2.2. ANOTAÇÃO EXTEMPORÂNEA .....	355
1.3. AVISO PRÉVIO INDENIZADO .....	356
1.4. CONTRATAÇÃO NULA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	357
1.5. LEI COMPLEMENTAR 142/13 .....	358
1.6. INDENIZAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES APÓS A EC 103/19 .....	359
<b>2. RENDA MENSAL INICIAL (RMI)</b> .....	360
2.1. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO .....	360
2.2. DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO .....	361
2.3. ATIVIDADES CONCOMITANTES .....	361
2.4. TÁBUA DE MORTALIDADE DO IBGE .....	362
2.5. SEM SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO .....	363
2.5.1. AUXÍLIO-ACIDENTE .....	363
2.6. AVERBAÇÃO RURAL NA APOSENTADORIA POR IDADE URBANA .....	363
2.7. ACORDO BRASIL X PORTUGAL .....	364

2.8. FATOR PREVIDENCIÁRIO .....	365
2.8.1. NA APOSENTADORIA DE PROFESSOR .....	365
2.8.2. TEMPO RURAL ANTERIOR À LEI 8.213/91 .....	367
2.9. ART. 29, § 5º DA LEI 8.213/91 .....	367
2.10. AUSÊNCIA DE PROVA DE PARTE DO SC NO PBC .....	368
<b>CAPÍTULO 4 – CONTAGEM RECÍPROCA .....</b>	<b>368</b>
1. CUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS .....	368
2. CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO .....	369
3. AVERBAÇÃO RURAL .....	370
4. TEMPO MILITAR .....	371
5. ATIVIDADE ESPECIAL NO RGPS PARA O RPPS .....	372
6. MANDATO ELETIVO E LEI 10.887/04 .....	373
7. FILIAÇÃO OBRIGATÓRIA NO RGPS DAQUELE ORIUNDO DO RPPS .....	373
8. RPPS E APOSENTADORIA ANTERIOR NA PREVIDÊNCIA SOCIAL URBANA .....	374
9. FILIAÇÃO FRAUDULENTE NO RGPS .....	374
10. APOSENTADORIA CASSADA NO RPPS .....	375
<b>CAPÍTULO 5 – RESPONSABILIDADE CIVIL .....</b>	<b>375</b>
1. DA ADMINISTRAÇÃO .....	375
1.1. DEMORA NA PERÍCIA MÉDICA POR GREVE DE SERVIDORES .....	375
1.2. CANCELAMENTO OU NEGATIVA DE BENEFÍCIO .....	376
1.3. DESCONTO EM BENEFÍCIO .....	377
1.3.1. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO .....	377
1.3.2. POR PAGAMENTO INDEVIDO .....	378
1.3.3. DE CONTRIBUIÇÕES ASSOCIATIVAS .....	378
2. DO ADMINISTRADO .....	378
2.1. POR DOLO, FRAUDE OU MÁ-FÉ .....	378
2.2. DE BOA-FÉ POR ERRO ADMINISTRATIVO .....	379
<b>CAPÍTULO 6 – DIREITO PROCESSUAL .....</b>	<b>380</b>
1. EXAME DA LEGALIDADE DO ATO DE CONCESSÃO .....	380
2. COMPETÊNCIA .....	380
2.1. DELEGADA E JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS .....	380



2.2. RENÚNCIA TÁCITA .....	381
<b>3. LEGITIMIDADE AD CAUSAM .....</b>	<b>382</b>
3.1. DOS HERDEIROS .....	382
3.2. DIREITO PERSONALÍSSIMO .....	382
3.3. MORTE DO OUTORGANTE ANTES DO AJUIZAMENTO .....	383
<b>4. PREJUDICIAIS DE MÉRITO .....</b>	<b>384</b>
4.1. PRESCRIÇÃO .....	384
4.1.1. LEVANTAMENTO DE PRECATÓRIO E RPV .....	384
4.1.2. ULTERIOR INCLUSÃO DE ENTE PÚBLICO FEDERAL .....	385
4.1.3. MANDADO DE SEGURANÇA E AÇÃO DE COBRANÇA .....	385
4.1.4. DE FUNDO DE DIREITO .....	386
4.2. DECADÊNCIA AOS CASOS DE INDEFERIMENTO .....	386
<b>5. COISA JULGADA .....</b>	<b>387</b>
5.1. JUDICIAL .....	387
5.2. ADMINISTRATIVA .....	389
<b>6. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DIVERSO DO PEDIDO ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>390</b>
<b>7. PROCESSO JUDICIAL EM CURSO E CONCESSÃO ADMINISTRATIVA ULTERIOR .....</b>	<b>391</b>
<b>8. TUTELA ANTECIPADA POSTERIORMENTE REVOGADA .....</b>	<b>392</b>
<b>9. REGIME DE COMPENSAÇÃO ENTRE VALORES DE BENEFÍCIOS INACUMULÁVEIS .....</b>	<b>396</b>
<b>10. FUNGIBILIDADE ENTRE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS .....</b>	<b>397</b>
<b>11. PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO .....</b>	<b>398</b>
11.1. QUESTÃO PROCESSUAL (ENUNCIADO 43 DA SÚMULA DA TNU) .....	398
11.1.1. ÔNUS DA PROVA EM CAUTELAR DE EXIBIÇÃO .....	398
11.1.2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS .....	398
11.2. QUESTÃO CONSTITUCIONAL PENDENTE NO STF .....	399
<b>12. AÇÃO COLETIVA X AÇÃO INDIVIDUAL .....</b>	<b>400</b>
<b>13. PRECATÓRIO / RPV .....</b>	<b>400</b>
<b>PARTE 10</b>	
SÚMULAS PREVIDENCIÁRIAS DAS TURMAS REGIONAIS E TURMAS RECURSAIS .....	403
<b>CAPÍTULO 1 - PRIMEIRA REGIÃO .....</b>	<b>403</b>

<b>CAPÍTULO 2 – SEGUNDA REGIÃO</b> .....	<b>406</b>
1. TRU DA 2ª Região .....	406
2. Súmulas previdenciárias das Turmas Recursais dos Estados que compõem a 2ª Região .....	409
<b>CAPÍTULO 3 – TERCEIRA REGIÃO</b> .....	<b>423</b>
<b>CAPÍTULO 4 – QUARTA REGIÃO</b> .....	<b>427</b>
1. TRU DA 4ª Região .....	427
2. Súmulas previdenciárias das Turmas Recursais dos Estados que compõem a 4ª Região .....	428
<b>CAPÍTULO 5 – QUINTA REGIÃO</b> .....	<b>430</b>
<b>CAPÍTULO 6 – SEXTA REGIÃO</b> .....	<b>435</b>
<b>PARTE 11</b>	
QUESTÕES DE ORDEM DA TNU .....	441
<b>PARTE 12</b>	
REGIMENTO INTERNO DA TNU .....	457
<b>PARTE 13</b>	
REGIMENTOS INTERNOS REGIONAIS E LOCAIS .....	477
<b>CAPÍTULO 1 – 1ª REGIÃO</b> .....	<b>477</b>
<b>CAPÍTULO 2 – 2ª REGIÃO</b> .....	<b>502</b>
<b>CAPÍTULO 3 – 3ª REGIÃO</b> .....	<b>533</b>
<b>CAPÍTULO 4 – 4ª REGIÃO</b> .....	<b>553</b>
<b>CAPÍTULO 5 – 6ª REGIÃO</b> .....	<b>572</b>